

Entre a sociologia rural e a antropologia: repensando a «comunidade» camponesa

José Madureira Pinto, *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica*, Porto, Edições Afrontamento, «Biblioteca das Ciências do Homem», 5, 1985.

Num dos domínios partilhados há muito tempo entre a antropologia e a sociologia — o dos chamados estudos de comunidade ou monografias rurais — chegou-se a um momento de pura saturação. Por todo o lado, dentro e fora das disciplinas da antropologia social e da sociologia rural, o conceito de «comunidade» tem sido criticado, atacado, rejeitado, marginalizado, dissecado, reformulado e ressuscitado. Se algumas das mais saudáveis e construtivas destas inquietações se têm baseado em leituras mais ou menos subtis e perspicazes, outras, mais insidiosas e destrutivas, não passam de meras expressões descuidadas, bombásticas e relativamente míopes de xenofobias disciplinares indicativas de uma aceitação irreflectida de lugares-comuns sobre o mundo rural. A comunidade rural — seja ela europeia, mediterrânica, africana, asiática, norte-americana, latino-americana, melanésia, polinésia, micronésia, indonésia, malásia ou australiana — tem sido erroneamente rotulada com uma extensa e colorida lista de epítetos aviltantes do género: *fechada, isolada, harmoniosa, tradicional, pequena, homogénea, simples, primitiva, iletrada, analfabeta e idílica*.

Apesar dos esforços heróicos de um número considerável de antropólogos para superar esta pesada bagagem conceptual cheia de restrições teóricas e metodológicas, permanecem ainda algumas tribos e linhagens de analistas agarradas às ideias mais homogeneizantes do conceito de comunidade. Se não definem esta entidade hipotética em termos de unidade residencial ou territorial, pelo menos reproduzem as mesmas ideias aplicadas às supostas comunidades regionais ou nacionais, ou então as mesmas ideias aparecem em considerações majestáticas *à la* Philippe Ariès sobre comunidades pseudo-espirituais de «mentalidades» uniformes, que se revelam, entre outros factores, em atitudes e sentimentos monolíticos perante a morte (supremo nivelador dos seres humanos). Se não há uma verdadeira comunidade tendencialmente igualitária de vizinhos numa aldeia, de habitantes numa vila, de membros de uma família concreta, de papéis ideais na família abstracta, de parentes numa parentela, de fiéis numa religião ou de almas no mundo do além, então a comunidade terá de ser encontrada noutro nível mais invível e empiricamente intangível. Será este nível o dos valores ou o das ideo-

logias? O da língua, da cultura ou da pertença nacional? Onde quer que seja, o antropólogo irá descobrir (ou inventar *a posteriori*?) um Eldorado algures nas suas viagens exóticas ao outro.

Em suma, a herança do conceito de comunidade transmitida pelos fundadores das ciências sociais aos antropólogos modernos, através de noções aparentadas entre si como «solidariedade mecânica», *Gemeinschaft* e a microscópica *little community*, ainda vigora sob novos moldes e formas mais sofisticadas de tradução conceptual. Esta vertente da antropologia, que também se manifesta em alguns trabalhos de sociologia rural, perdura cristalizada na imagem de senso comum mantida por uma proporção alarmante de outros cientistas sociais, que afirmam que «os antropólogos só estudam pequenas comunidades remotas».

Mas existe também uma outra corrente que possui uma não menos longa tradição analítica. Desde os primeiros estudos de comunidades rurais e semiurbanas inseridas nas sociedades ditas complexas (Julian Steward, Eric Wolf, Sidney Mintz, John Murra) às escolas criadoras dos estudos das redes sociais, facções e «quase grupos», até às correntes que focam as enormes extensões espaciais dos sistemas mundiais, tem sido objectivo proeminente *situar e articular* a comunidade rural no interior de esferas subsequentes mais amplas e abrangentes. A maior parte dos epítetos pejorativos acima mencionados são totalmente deslocados no que se refere a esta tradição antropológica, que desde o início nunca isolou ou fechou hermeticamente a comunidade rural. Em muitas das imagens populares exteriores à antropologia, esta escola teórica permanece relativamente escondida.

Por diversas razões, a primeira das correntes referidas tem sido mais destacada. E isto, apesar de na própria disciplina se terem multiplicado recentemente os debates e diálogos entre as duas tendências antagónicas. Com sucessivas aberturas e desenvolvimentos — entre os quais é de destacar a colaboração crescente com a história, a sociologia e a geografia humana, bem como o aparecimento de novos campos, como a antropologia urbana —, a comunidade de antropólogos continua renovadamente a confrontar antigos problemas da teoria social com novos desafios interdisciplinares e novos objectos de pesquisa.

A publicação, em 1985, pelas Edições Afrontamento, do Porto, do estudo de José Madureira Pinto intitulado *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos: Elementos de Teoria e de Pesquisa Empírica* veio trazer a esta atmosfera teórica enevoada uma enérgica lufada de ar fresco. Trata-se da primeira tese de doutoramento em Sociologia (datada de 1981) apresentada a uma instituição universitária portuguesa, tendo sido defendida em 1983 no ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa). O livro possui um duplo rigor ao combinar os dois níveis *macro* e *micro* (falsamente contrapostos demasiadas vezes, como o autor demonstra clara e repetidamente ao longo do texto) na análise duma freguesia rural do concelho de Penafiel, articulada multifacetadamente com as freguesias próximas, a região geográfica envolvente, a zona industrial da urbe do Porto e a sociedade nacional englobante. Para além das virtudes empíricas e das numerosas pistas argutas distribuídas ao longo do exaustivo texto analítico, pensamos que este possui um valor especialmente positivo — até mesmo invulgar — na ligação modelar a que procede entre dois campos disciplinares. Uma das linhas mais estimulantes e frutíferas de o avaliar e discutir,

por conseguinte, consiste precisamente na apreciação deste intercâmbio entre *macro* e *micro*, comum à sociologia e à antropologia, tão bem elaborado por José Madureira Pinto em torno de um dos objectos enunciados no título: os campos.

Após a publicação e assimilação deste estudo não haverá mais justificação no plano científico para continuar a emitir afirmações simplistas sobre os supostos fechamentos, isolamentos ou tradicionalismos das comunidades rurais portuguesas. Tais representações do mundo rural, provenientes de diversos contextos sociais, ideológicos e políticos (por diversas razões), serão agora definitivamente enfraquecidas, se não mesmo extintas, em virtude das firmes e vigorosas provas científicas aqui oferecidas. Por outras palavras, julgamos estar perante uma obra pioneira e influente. Embora seja um texto maciço de 510 páginas e de difícil leitura, devido à natureza particularmente densa da sua prosa estilística, o estudo consegue abrir novos campos de investigação nos domínios da sociologia rural e das teorias sociológicas mais amplas.

Estando nós próprios prioritariamente situados dentro da disciplina da antropologia social, parece-nos algo refrescante fazer uma aproximação crítica de quatro tópicos-chave tratados pelo autor. Assim, em vez de produzir uma espécie de resumo mais estático da obra pontuado esporadicamente por simples valorizações positivas e negativas, esta opção permitir-nos-á aprofundar os quatro temas de forma mais meticulosa. Além disso, proporcionará melhores oportunidades para contrapor e inter-relacionar perspectivas antropológicas e sociológicas.

1. MACRO/MICRO: UMA FALSA DICOTOMIA

Um dos primeiros abalos que o autor provoca nos modelos tradicionalmente aceites incide sobre a falsa oposição que contrapõe a minúcia empírico-positivista do suposto *micro* às majestosas afirmações da «grande teoria» sociológica ditas *macro*. Logo de início confrontamo-nos com um profundo dilema: como tentar superar o «hiato» vasto entre, por um lado, as linguagens da teoria e, por outro, as da pesquisa empírica, já que cada uma destas se encontra bem enraizada, em termos académicos e institucionais, nas ciências sociais? De Hubert Blalock a C. Wright Mills e de Robert Merton a Pierre Bourdieu, a gravidade das implicações de tal hiato tem sido repetidamente assinalada. O estudo em causa constrói uma análise metodologicamente coerente que tenta minimizar a distância entre duas tendências que muitas vezes aparecem desligadas. Isto é, com o devido cuidado é perfeitamente possível elaborar um estudo aprofundado de uma colectividade rural e, também, interligar as especificidades daquela sociedade local com correntes da «grande teoria» social. A escolha de José Madureira Pinto vai no sentido de focar um campo bem delimitado, se não mesmo labiríntico, nos termos linguísticos e conceptuais da sua própria definição: pretende analisar até à exaustão a «dimensão simbólica ou significante das sociedades», ou, por outras palavras, a «superestrutura ideológica das formações sociais» e o «sentido da acção social». Isto através da dissecação de um campo composto por «formas de inteligibilidade ou de consciência sociais, *habitus* e ideologias de classe, modelos de orientação normativa da acção» (p. 18). Em ter-

mos mais específicos, preocupa-se com a problemática, definida por Eliseo Veron, na análise dos *processos sociais da produção, circulação e reconhecimento de sentido* (pp. 11, 18 e 33-71). Esta problemática está presente ao longo do texto, que opera através de um confronto contínuo dos dados empíricos com as matrizes teóricas enunciadas no capítulo I da parte I.

Notamos imediatamente que o autor, ao colocar a sua pesquisa no campo específico da análise do «sentido da acção social», escapa simultaneamente a correntes teóricas eventualmente estigmatizáveis como mentalistas, por um lado, ou interaccionistas, por outro. Não foca nem «o comportamento» nem «o pensamento», este último parecido, em termos antropológicos clássicos, com a suposta «cultura», esta vista como um certo tipo de bagagem conceptual *inside the minds of the savages*. O seu intuito é antes articular ambos estes mundos, superando o hiato entre teoria e empirismo. Após uma detalhada exposição sobre a tradição linguística e semiológica inerente à problematização das questões relativas à produção, circulação e reconhecimento do sentido (pp. 35-50 e 56-60), em que muito correctamente inclui na discussão processos não linguísticos de produção de sentido (p. 43), o autor aborda a questão da interiorização nos sujeitos e actores de «valores, normas e regras definidos a nível supra-individual» (p. 34). Este tema, associado ao conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, ao qual voltaremos mais adiante, constitui um dos verdadeiros fascínios analíticos do livro. Sem percebermos com a devida clareza o modo exacto como se define e se enquadra este nexó mediador entre o subjectivo e o objectivo, entre actor e sociedade e entre a recepção de sentidos ideológicos e a emissão de acções conscientes e espontâneas, a maior parte das outras mensagens do estudo permaneceriam relativamente silenciosas. Reside aqui simultaneamente o difícil desafio da proposta inicial do texto e a sua novidade, assente no modo como o autor consegue compor uma tapeçaria harmónica e atraente. Não ficamos perante uma asserção meramente semiológica sobre a troca de significados entre dois sujeitos, nem estamos perante um modelo puramente linguístico transposto para o campo social, mas antes contemplamos «*em termos sociais* o problema do 'sentido da acção social'» (p. 38; itálicos de J. Madureira Pinto).

Se, à primeira vista, esta formulação teórica sobre a interpretação de sentidos pelos próprios actores parece algo «clássica» e até subentendida para o leitor de sociologia, antropologia ou outra ciência social, avisa-se desde já que o argumento toma novos e inesperados caminhos. Evitando cair em pontos de vista individualistas (p. 53), subjectivistas ou fenomenológicos (p. 55), chama-se a atenção para os fenómenos de desconhecimento ideológico consciente (Gramsci) e da falta de comunicação ou *incomunicação* entre agentes sociais (p. 51): há uma pluralidade de ideologias e sentidos e, além disso, efeitos de sentido totalmente contraditórios (p. 50). Socorrendo-se aqui de pistas extremamente estimulantes derivadas da obra de Pierre Bourdieu — nomeadamente no que se refere à interligação entre o *actor consciente* e as *estruturas objectivas* das hierarquias das classes sociais —, Madureira Pinto propõe-se também utilizar um enquadramento parcialmente derivado de Louis Althusser e Nicos Poulantzas: a análise dos chamados aparelhos ideológicos de Estado (pp. 63-68). Como veremos, este enfoque está presente na estrutura do próprio livro, no tratamento — primeiro ao nível nacional e concelhio e a seguir ao nível da freguesia — dos seus cinco principais tópicos: família, entajuda/vizinhaça, religiosidade/Igreja, escola e compor-

tamentos político-eleitorais. Assenta precisamente nele uma das linhas de combinação do *macro* e do *micro*: sem privilegiar qualquer deles, propõe-se uma análise igualmente rigorosa das interiorizações de sentido pelos próprios actores sociais e do contexto global dos interesses objectivos das classes sociais e fracções de classe nas quais esses actores estão inseridos. Parece um pouco simplista esta formulação da relação objectivo/subjectivo? Julgamos que não: a proposta apresentada evita precisamente estas formulações em termos de falsos binómios. É impossível divorciar as duas dimensões, e o trunfo analítico de Madureira Pinto consiste na aplicação do conceito de *habitus* de Bourdieu, conceito tanto aliciante como algo nebuloso.

Recapitulando, poderemos dizer que se dissolve desde logo a dicotomia entre o *macro* (a estrutura objectiva das grandes teorias sobre as ideologias) e o *micro* (as subjectividades dos indivíduos que, de acordo com outras teorias, seriam meras marionetas reproduzindo cegamente as normas da sociedade). Justamente por invocar o modelo da mediação do *habitus*, o argumento permite-nos aproveitar de forma refrescante o melhor e mais estimulante da tradição marxista da acção social, deixando atrás alguns elementos de explicação funcionalista. Ao mesmo tempo, coloca-nos perante uma reformulação construtiva da capacidade de manipulação consciente dos agentes sociais, em termos tanto da sua conduta como das suas ideologias e sentidos subjectivos. Dada esta formulação à partida, parece-nos que, além de superar a dicotomia perene do *macro/micro*, o autor acaba por ir mais longe e mostrar, em termos teóricos mais amplos, que tal dicotomia é não só inadequada, como também simplesmente absurda.

Passemos à abordagem de um segundo nível em que se desdobra a dicotomia: a relação entre a colectividade rural concreta e a sociedade global estatal. Neste caso, perspectivamos a dicotomia num sentido geográfico e espacial. Tanto a freguesia de Fonte Arcada como o concelho de Penafiel não existem no vácuo: não constituem em si objectos de análise, mas antes dois *loci* de estudo (um *locus* apenas fornecendo uma área delimitada em que se podem aflorar processos sociais complexos). Nem o concelho nem a freguesia em questão são em qualquer momento reificados como «típicos» de uma região geográfica em termos totalizantes. Desde a introdução à problemática do «espaço social rural» (pp. 73-91), inspirada nas obras de Henri Mendras e Marcel Jollivet¹, à caracterização dos factores salientes das estruturas económicas, demográficas e sociais do concelho de Penafiel (pp. 95-114), até às descrições minuciosas e rigorosamente fundamentadas da população, do trabalho e das estruturas produtivas da freguesia de Fonte Arcada (pp. 315-344), é-nos apresentada uma multiplicidade de especificidades do nível *micro* (local) que são cuidadosamente entrelaçadas com o enquadramento *macro* (regional e nacional) estabelecido nas páginas de abertura. Obviamente, não nos encontramos perante uma monografia de arquitectura clás-

¹ Marcel Jollivet e Henri Mendras (orgs.), *Les Collectivités Rurales Françaises*, t. 1: *Étude Comparative de Changement Sociale*, Paris, Librairie Armand Colin, 1971; e Marcel Jollivet (org.), *Les Collectivités Rurales Françaises*, t. II: *Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village? Problèmes Méthodologiques et Théoriques de l'Étude Locale en Sociologie Rurale*, Paris, Armand Colin, 1974. Para entender as razões da preferência, por parte destes autores, da palavra *colectividade* em relação ao conceito mais antigo de *comunidade*, consulte-se o artigo particularmente pertinente de Nicole Eizner inserto no segundo dos dois tomos acima mencionados: «De la communauté rurale à la 'collectivité locale'», pp. 129-154.

sica, em que, depois de meia dúzia de páginas resumindo alguns séculos ou milénios do *background* histórico geral de uma aldeia, o investigador se atira à inventariação dos seus costumes, práticas e crenças. O leitor antropólogo, portanto, poderá enfrentar alguns momentos de antecipação prolongada ao longo destas secções dedicadas prioritariamente a contextos *macro*. Embora toda a análise do concelho contenha curtas referências pontuais à freguesia de Fonte Arcada — uma das 37 que compõem o concelho de Penafiel —, o leitor poderá, mesmo eventualmente, salivar um pouco enquanto espera pela chegada das primeiras páginas de *thick description* sobre as três dezenas de lugares compondo a freguesia, a qual se dá só na p. 315. Mas — e aqui encontramos o ponto essencial — é precisamente por edificar a análise sob esta forma que Madureira Pinto evita claramente qualquer acusação de ignorar quer o nível *macro* quer o nível *micro*. Mesmo discordando à partida de aspectos do seu modelo teórico, a exposição de um largo leque de fontes estatísticas e documentais permite leituras alternativas a ambos os referidos níveis. A dicotomia inicial *macro/micro* — carregada de pressupostos e deturpações derivados do senso comum — fica assim quase totalmente ultrapassada.

Mas penetremos mais a fundo no problema. Julgamos que uma das verdadeiras novidades do texto consiste na aplicação do conceito de *autonomia relativa do espaço social rural* e da categoria de *camponeses parciais*. Qual a importância destas duas ideias? Às visões simplistas das sociedades rurais derivadas de pontos de vista essencialmente dualistas (campo/cidade, mundo rural/mundo urbano), que suscitam e perpetuam os epítetos pejorativos com que abrimos este ensaio, contrapõe-se a seguinte afirmação: «Quanto a nós, note-se, assumir o postulado da autonomia relativa do espaço rural corresponde a afirmar, bem pelo contrário, que as diferenças empiricamente constatáveis entre este e o espaço urbano não são mais do que o efeito plural de um *único* — se bem que contraditório — *processo histórico* e que, por outro lado, as relações entre ambos não se reduzem a um jogo de influências culturais ou de complementaridades funcionais, antes se inscrevem num complexo sistema de *dominação* económica, ideológica e propriamente política, que, à escala nacional, atribui ao pólo rural um lugar necessariamente dominado e dependente» (p. 22; itálicos de J. Madureira Pinto).

Há boas razões a justificar esta afirmação. Se já no interior do concelho de Penafiel, com uma população de 53 715 habitantes em 1970 e uma superfície de terra cultivada de 16 708 ha (p. 230), se detecta uma ligação de dependência profunda do espaço rural em relação ao espaço urbano e industrial da cidade do Porto, é na realidade concreta das chamadas migrações pendulares dos moradores da freguesia de Fonte Arcada que a situação se desenha com a maior clareza. Se já no concelho como um todo se destaca a fragmentação da propriedade fundiária — o tamanho médio das explorações agrícolas apenas atingindo 1,54 ha (p. 99) — e a predominância do arrendamento sobre a posse directa (p. 100), qual será a situação ao nível da freguesia? Fonte Arcada — à data do inquérito rigoroso efectuado pelo autor em 1978 — possuía uma população de 1484 habitantes, distribuídos em 320 fogos pelos 30 lugares da freguesia (pp. 369 e 455). Note-se que «mais de um quarto da superfície produtiva existente pertence a 51 proprietários residindo fora de Fonte Arcada» (p. 335) e que 67,9% dos proprietários locais possuem apenas um pedacinho de terra com uma área inferior a 0,5 ha. Qual-

quer representação da realidade social local como homogénea — ou como caracterizada apenas pelo *minifúndio* — redonda aqui numa «enorme mistificação» (p. 335). Mistificação porque, em contraste com ideias aceites e lugares-comuns sobre a zona de Entre Douro e Minho, os dados *micro* derivados desta freguesia nos apresentam uma estrutura fundiária tão assimétrica que não há outra solução, para estes «verdadeiros microproprietários», do que a sua «expulsão» em direcção ao pólo industrial do Porto.

Como vivem estes camponeses parciais? Analisando pormenorizadamente as profissões principais e secundárias dos residentes da freguesia, verifica-se que há uma grande percentagem de assalariados da indústria e dos serviços (pp. 325-329) e um número elevado de rendeiros e de «trabalhadores familiares não remunerados». O número de residentes com uma profissão principal não agrícola (367 indivíduos) é superior ao dos que são definidos com uma ocupação principal de agricultor. Acrescente-se que a situação no concelho de Penafiel é semelhante: da população assalariada de 8505 indivíduos em 1970, 4800 exerciam a sua actividade profissional fora da sua freguesia de residência (p. 109). Estes camponeses a tempo parcial deslocam-se diariamente ao Porto, tomando grande número deles o comboio da linha do Douro e regressando à freguesia no mesmo dia, dedicando-se aos trabalhos agrícolas nos fins-de-semana e (quando possível) ao fim da tarde. Apenas uns escassos 17% das famílias camponesas parecem ter escapado a este processo esmagador de proletarização recente.

Mas serão os habitantes de Fonte Arcada camponeses no sentido usual? Não. Serão membros de um proletariado rural, comparáveis então aos trabalhadores rurais alentejanos ou andaluzes? Também não. O seu enquadramento analítico e interpretativo é feito através do conceito de *semiproletariado*, já desenvolvido numa obra colectiva repetidamente referenciada pelo autor². Mantendo uma série considerável de hábitos e práticas rurais de feição camponesa — que incluem as tradições vigorosas de entreatajuda agrícola —, estas famílias deslocam-se predominantemente ao Porto, construindo assim uma verdadeira vida dupla (urbana-rural). Veremos depois quais são algumas das características sociais e ideológicas desta vasta transformação. Aqui queremos apenas assinalar alguns pontos básicos da infra-estrutura pormenorizadamente descrita pelo autor. Conservando a casa e a família camponesa como unidade de consumo e unidade de habitação, estas famílias viabilizam essa casa como *unidade de produção* com incrementos de duas ocupações. Por isso, e contrariamente a algumas previsões em décadas anteriores que apontariam para um processo de total proletarização deste sector, é possível existir um processo de semiproletarização, juntamente com a preservação parcial de explorações agrícolas familiares. Qualquer suposta autonomia do sector agrícola, neste caso, terá de ser forçosamente parcial e o campesinato, ou o estilo de vida rural, não irá, inelutavelmente, desaparecer do mapa provincial do País.

Mais uma vez se demonstra que a oposição *macro/micro* é inaplicável e perigosa: o processo de atracção industrial (do lado *macro* da urbe) relaciona-se com um processo de crónica repulsão demográfica (do lado

² Eduardo de Freitas, João Ferreira de Almeida e Manuel Villaverde Cabral, *Modalidades de Penetração do Capitalismo na Agricultura: Estruturas Agrárias em Portugal Continental 1950-1970*, Lisboa, Presença, 1976.

micro da freguesia). Mas não são dois mundos separados que estão em contacto: já eram antes partes integrantes *do mesmo e único* sistema global de dominação assimétrica.

Mas há uma nota trágica em todo este percurso. O modelo teórico invocado concebe este conjunto de desempregados disfarçados na agricultura como uma forma de «exército industrial de reserva» (pp. 342-344). Por outras palavras, à medida que o modo de produção capitalista penetra continuamente nos campos, a progressiva dependência do espaço rural leva a que colectividades deste tipo constituam uma espécie de exército agrícola de recurso: fornecem força de trabalho assalariada à sociedade global e, ao mesmo tempo, bens alimentares a baixo custo àquela sociedade. A semiproletarização, em que se mantém ao menos «um pedaço de terra» na aldeia, tem como efeito criar e sustentar por longos períodos a forma de vida social algo «esquizofrénica» que nos patenteiam os camponeses parciais de Fonte Arcada³. Dai a relevância especial do conceito de autonomia relativa: sendo impossível fechar analiticamente a unidade da freguesia, e igualmente impossível interpretá-la como um anexo suburbano da grande cidade, faz todo o sentido rejeitar a grelha da oposição *macro/micro* e colocar a freguesia num limbo permanente. Esta é como que um pêndulo — imagem metafórica subjacente ao termo «migrações pendulares» — que se move ritmicamente entre o rural e o urbano, entre o modo de produção capitalista e o modo de produção doméstico⁴, e ainda entre os discursos difundidos pelos aparelhos ideológicos do Estado, aparentemente externos à freguesia, e os vários tipos de *habitus* camponês com os seus próprios símbolos, ideologias e modos de ser rurais.

Este estado ambíguo de limbo social traz consigo uma nota triste que ecoa nas próprias palavras das gentes da zona. Num artigo do jornal *Notícias de Penafiel* de 1965 afirma-se: «Ontem havia alegria, boa disposição e sãs consciências. Hoje há tristeza, má disposição e a imperar o egoísmo [...]» (citado por J. Madureira Pinto na p. 139). Se é provável que a vida tradicional da zona (se é que é sustentável este termo dúbio) esteja cada vez mais condenada ao desaparecimento, enquanto o pólo industrial a penetra e a absorve, não é menos provável que este processo traga com ele uma série de percepções e atitudes mais ou menos nostálgicas. A reificação destas idealizações ruralistas é evitável através de uma cuidadosa caracterização da natureza (ambígua, mas definível) do próprio estado liminar (nem *macro*/nem *micro*) do campesinato parcial, dependente e pendular.

2. O ESPECTRO DE REDFIELD

Dada esta especificação assídua, parece-nos algo estranho encontrar o nome de Robert Redfield (pp. 20, 90-91 e 129) incorporado, logo de início, na formulação teórica de Madureira Pinto. Embora reconhecendo a natu-

³ Veja-se a análise, igualmente pormenorizada e exaustiva, da mesma freguesia elaborada por João Ferreira de Almeida: *Classes Sociais nos Campos: Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Coleção «Teses e Teorias», 2, 1986.

⁴ Categoria conceptual elaborada e desenvolvida por Marshall Sahlins na sua obra *Stone Age Economics*, Chicago, Aldine, 1972, pp. 41-148.

reza pioneira das publicações de Redfield no domínio da antropologia e do estudo das comunidades rurais inseridas em grandes civilizações arcaicas⁵, julgamos que o seu modelo original dos elementos distintivos da pequena comunidade rural em sociedades complexas trouxe mais dúvidas, erros, problemas e ideias falaciosas do que vantagens e contributos. Não constitui novidade nenhuma «descobrir» Redfield nos anos 70, e ainda menos aplicar os seus conceitos (severamente criticados, se não mesmo totalmente rejeitados por certas correntes antropológicas) à sociologia rural europeia ou portuguesa. Aqui tocamos num ponto muito frágil evocado pelo nosso próprio título vagamente interdisciplinar: há benefícios, mas também enormes perigos, ao tentar estabelecer áreas conjuntas entre a sociologia rural e a antropologia. Redfield definiu a comunidade rural, em 1953, pelas seguintes quatro características-chave: essa entidade era: 1) bem delimitada espacialmente; 2) pequena; 3) homogénea; 4) auto-suficiente⁶. A partir daí, Redfield transformou-se no primeiro culpado da criação de um terreno conceptual favorável à futura imposição do campo antropológico. A partir de Redfield — e não antes —, os antropólogos de áreas geográfico-culturais como a Ásia, a América Latina, o Mediterrâneo e a Europa caíram estrondosamente no erro crasso de primitivizar a comunidade rural e de diminuir ou subestimar o peso dos longos tentáculos do Estado. Ou seja, as comunidades rurais congelaram-se na sua caracterização de pequenas, homogéneas, iletradas, bem delimitadas espacialmente e auto-suficientes. Foi esta ênfase no isolamento e na *quase total autonomia* da aldeia que escureceu irremediavelmente o conceito de *part-societies with part-cultures* que Alfred Kroeber, em 1948, forjou e que Redfield depois publicitou. Embora menos integrada nos estudos de comunidade que se seguiram, esta ideia de «sociedades parciais» ou comunidades rurais constituindo uma *Little Tradition* rural e dependente, encravada dentro da *Great Tradition* urbanizante das civilizações clássicas, foi muito mais dinâmica. O espaço destas duas tradições coincidia surpreendentemente com o espaço histórico-geográfico das cinco grandes religiões mundiais: judaísmo/islão/hinduismo/budismo/cristianismo (católico e protestante), tópico assinalado por Redfield, mas aprofundado por outros autores.

Apenas nos anos 70 surgiram duas escolas contestatárias que, de certo modo, começaram a reparar os danos criados por Redfield: a que estudava as redes sociais incorporando os estudos de John Barnes, Elizabeth Bott,

⁵ Cabe-nos frisar a data de publicação de um dos primeiros estudos de Redfield, *Tepoztlán: A Mexican Village -- A Study of Folk Life*, Chicago, University of Chicago Press, 1930, (Midway Reprint, 1973) -- cuja recolha de base precedeu por quase três décadas as suas obras mais famosas dos anos 50. Também de interesse são: Robert Redfield e Alfonso Villa Rojas, *Chan Kom -- A Maya Village*, Washington, Carnegie Institute Publications, n.º 448, 1934, e Robert Redfield, «The Folk Society», in *American Journal of Sociology*, vol. LII, n.º 4, 1947, pp. 293-308.

⁶ A definição encontra-se na p. 4 do ensaio «The Little Community» e é desenvolvida ao longo do mesmo texto publicado em Chicago, em 1956, no mesmo volume que o ensaio «Peasant Society and Culture», in Robert Redfield, *The Little Community/Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, 1956. Note-se, no entanto, que o primeiro texto é duas vezes mais longo que o segundo e que foi escrito anteriormente, em 1953, com base numa série de conferências apresentadas em Upsália, integradas nas *Gottesman Lectures*. O segundo ensaio, mais difundido, data de 1955, de uma série de conferências proferidas no Swarthmore College.

Anton Blok e Jeremy Boissevain⁷ e a que se debruçava sobre os sistemas mundiais, esta associada à obra de Immanuel Wallerstein⁸. Socorrendo-nos de uma imagem oitocentista do «corpo social», podemos afirmar que foram estas escolas que chamaram a atenção para os erros inerentes na concepção destas comunidades aparentemente remotas como sendo excessivamente isoladas. As células de um dedo da mão ou do pé não estão menos articuladas com os núcleos centrais do coração e do cérebro do que as células do ombro ou do peito. Redfield não só concedeu uma atenção excessiva e míope às células dos dedos, como também praticamente cortou a ligação destas com as partes centrais. Na procura obcecada do *micro* camponês desvaneceu-se quase totalmente o *macro* englobante. Ao retratar os camponeses — os *folk*, nas suas palavras iniciais — como puras marionetas que absorveram, ao longo de milénios, as ideias, instituições, línguas, técnicas e gostos que emanavam da grande tradição dos centros urbanos sofisticados, Redfield impediu desde logo qualquer visão das práticas dos camponeses que pudesse basear-se na sua acção social, iniciativas ideológicas ou resistência consciente. Conceitos como os de «cultura camponesa», ou de «cultura da pobreza», dos estudos urbanos de Oscar Lewis, ou até a «subsociedade propensa à bastardia», de Peter Laslett, parecem-nos remeter, em parte pelo menos, para o tipo de dicotomia inaugurada e difundida nos anos 50 por Robert Redfield.

Em suma, com Redfield assistimos a uma reificação extrema do isolamento e da hermetização da comunidade rural em sociedades estatais ou industriais. Passar-se-iam anos — décadas mesmo — até que aparecessem estudos, dos quais o de J. Madureira Pinto é um exemplo recente, em que a mediação e a articulação dessas comunidades rurais com a grande tradição envolvente são restabelecidas. Por isso, teria sido muito mais seguro retirar a ideia da autonomia relativa do espaço social rural apenas dos nomes referidos da sociologia rural (H. Mendras, M. Jollivet, P. Champagne, entre outros), e não ir buscar conceitos suplementares aos terrenos vizinhos da antropologia clássica, hoje já algo desactualizados. Contudo, pensamos que o que está em causa neste ponto não é propriamente um autor-chave, mas sobretudo uma questão de leituras e trocas interdisciplinares (sendo Redfield aqui incorporado pela sociologia rural). Embora ele seja citado várias vezes, Madureira Pinto não o coloca no cerne da sua formulação teórica.

⁷ O conceito de *rede social* foi usado por John Barnes, em 1954, no seu artigo «Class and Committees in a Norwegian Island Parish», in *Human Relations*, vol. VII, n.º 1, pp. 39-58, e mais tarde definido em termos rigorosos pelo mesmo autor em «Social Networks», Reading, Massachusetts, Addison-Wesley Modules, n.º 26, 1972, pp. 1-29. Três das obras mais marcantes em que se elaborou o conceito são, entre outras: Elizabeth Bott, *Family and Social Network: Rules, Norms, and External Relationships in Ordinary Urban Families*, Nova Iorque, Free Press, 1957 (tradução brasileira: *Família e Rede Social: Papéis, Normas e Relacionamento Externos em Famílias Urbanas Comuns*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976); Anton Blok, *The Mafia of a Sicilian Village 1860-1960: A Study of Violent Peasant Entrepreneurs*, Oxford, Basil Blackwell, 1974; e Jeremy Boissevain, *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974.

⁸ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, Nova Iorque, Academic Press, 1974, e Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750*, Nova Iorque, Academic Press, 1980. Ver também a obra magistral e provocadora de Eric Wolf, *Europe and the People Without History*, Berkeley, University of California Press, 1982.

Tomando outro rumo, uma das dimensões através das quais Madureira Pinto aprofunda a articulação da freguesia com o mundo externo consiste na figura do intermediário ou *mediador*. Ao aplicar esta ideia, e ao assinalar casos concretos de notáveis locais (pp. 116 e 125), distancia-se largamente das teorias homogeneizantes e culturalistas de Redfield, em que estas figuras cardiais tendiam a ficar invisíveis e insignificantes. No fim do capítulo sobre práticas simbólico-ideológicas em Fonte Arcada, toda a discussão (pp. 395-400) sobre os papéis do pároco rural, do médico, do professor, do advogado e até do grande senhor fundiário se reveste do maior significado: elucida os espaços, distanciamentos, hiatos e interstícios existentes e escrupulosamente mantidos entre os camponeses e as instituições do Estado englobante. Dissolve-se, outra vez, qualquer possibilidade de estabelecer uma oposição binária entre o *macro* e o *micro*: as colectividades rurais desta natureza não constituem de modo algum «microcosmos funcionalmente equilibrados e autónomos» em relação ao mundo exterior. O autor vai mais longe ao não ficar pela simples identificação de notáveis que funcionam como medianeiros, *brokers* (corretores) ou *gatekeepers* (uma espécie de «porteiro» entre grupos sociais) unindo a aldeia à urbe e à nação, tópico exaustivamente tratado pela segunda das duas vertentes teóricas da antropologia referida no início destas linhas. Assinala a metamorfose dos antigos e a emergência de novos tipos de notáveis com um capital escolar diferente e mais hodierno: os dirigentes e quadros técnicos das modernas explorações agrícolas e das unidades industriais e comerciais a elas ligadas (p. 399). Ao focar estes indivíduos algo ambíguos, vacilantes e de certa forma ameaçadores e perigosos devido à natureza das suas posições altamente poderosas, enquanto manipuladores de informação e criadores de opinião e desinformação local, evita-se mais uma vez o encerramento analítico e o isolamento espacial da freguesia rural.

Um ponto final merece ainda menção no que diz respeito à definição do espaço rural. Referimo-nos ao anexo I da parte II, acerca da caracterização geográfica do Vale do Sousa e de Penafiel (pp. 217-225). Embora se dediquem poucas páginas ao assunto, estas não deixam de captar a curiosidade do leitor antropólogo minimamente sensível às complexidades e fascínios da disciplina afim da geografia. Demarcando uma larga zona que engloba os cinco concelhos do chamado Vale do Sousa (Paredes, Penafiel, Paços de Ferreira, Lousada e Felgueiras), o autor apresenta as designações de Amorim Girão das regiões e sub-regiões desta área: isto é, o Baixo Douro (os cinco referidos concelhos), as «Terras do Sousa», o Minho Duriense, a Beira Minhota e o Douro Litoral. Ao chegar às mesmas designações não coincidentes de Orlando Ribeiro para as mesmas regiões e sub-regiões, mostra-se alguma perplexidade e hesitação ao confrontar as zonas do Minho e as serras do Vouga e do Douro: conclui-se que as freguesias em questão pertencem à sub-região do *Baixo Douro Minhoto* (p. 222), termo que parece juntar melhor em três palavras as características salientes das várias zonas geográficas em confluência.

Só nos podemos congratular com o autor pela sua própria irresolução e honesta dubiedade perante algo semelhante a um tabuleiro de xadrez classificatório. Pensamos também que seria fútil tentar anexar estas colectividades rurais a uma só região — serão do Douro? Do Minho? De Entre Douro e Minho? Do distrito do Porto? Se a pertença geográfica é tão difícil de iden-

tificar com nitidez — mesmo com o apoio dos modelos pioneiros construídos pelos mestres da geografia portuguesa —, então quão mais intrincada não será a identificação da sua pertença cultural? Localizada na encruzilhada de uma série de regiões naturais, Fonte Arcada permanece como prova de que «os campos analíticos a construir para dar conta de situações sociais concretas não tenham de respeitar qualquer delimitação espacial estrita [...]» (p. 225). Longe de qualquer *Gemeinschaft* («comunidade», no sentido de Tönnies) verdadeira ou inventada, estamos perante «espaços de referência diversificados» inseridos numa plethora de tendências regionais, nacionais e internacionais «de sentidos contrários e até contraditórios» (p. 21). Aleluia: os defeitos e os erros inerentes aos modelos de Redfield são definitivamente afastados! Alegremo-nos ao ver o seu espectro retroceder e evaporar-se...

Se a localização espacial da freguesia fica tão ténue ao interligar, pelo menos, duas grandes regiões, então porque não questionar à partida qualquer hipótese que vise localizar (quanto menos definir) uma «identidade regional» homogénea que existira nas mentes dos camponeses parciais aí apenas semi-residentes? Em suma, também pela via geográfica, o autor impede a aplicação de dicotomias *macro/micro*, ao salientar a multiplicidade flagrante de articulações espaciais entre as várias unidades locais focadas e em seu redor.

3. O FANTASMA DA FAMÍLIA

Contrastemos em seguida dois dos domínios mais específicos aprofundados ao longo do texto. Trata-se, por um lado, de uma velha questão — as famílias camponesas — e, por outro, de uma matéria que nos parece constituir algo de novo no plano conceptual: a ideia de *habitus*.

No que respeita ao primeiro domínio, julgamos ter encontrado uma lacuna séria no seio da formulação de José Madureira Pinto. A família vem em primeiro lugar na ordem de tratamento de cinco tópicos na parte II do livro: família/vizinhança/religiosidade/escola/eleições e política. Esta estrutura arquitectónica, afirmamo-lo de novo, distancia-se profundamente da monografia antropológica típica⁹. Enquanto na última entramos na descrição local da aldeia, vila, tribo ou bairro logo depois dumas 30 ou 40 páginas introdutórias, recordamos que no caso em questão só chegamos à análise de Fonte Arcada *de per si* na página 315. Por conseguinte, aquilo que é dito no capítulo sobre as famílias camponesas (pp. 115-125) permanece algo frio, vazio e desligado do poder argumentativo e da perspicácia inerentes às páginas dedicadas aos outros quatro domínios. Esta secção é como que uma mancha inacabada numa pintura completa no restante espaço da tela: sem cores próprias, desmerece do conjunto de imagens aí entrelaçadas.

A família camponesa «tradicional» (p. 117) nesta zona do País (como, aliás, noutras também) ainda jaz como terreno relativamente incógnito, ape-

⁹ Certos aspectos das limitações teóricas da monografia clássica podem encontrar-se nos artigos anteriores de José Madureira Pinto, «A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 52, 1977, pp. 805-828, e de João Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, vol. XIII, n.º 52, 1977, pp. 789-803, tal como nalgumas das contribuições ao volume colectivo organizado por José Madureira Pinto e Augusto Santos Silva, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

sar dos avanços recentes feitos em história e em antropologia, pelo que falar em assuntos como a dimensão média do fogo, o celibato e os matrimónios neolocais — sem qualquer suporte regional sincrónico ou diacrónico — nos parece arriscado. Não duvidamos que haja dentro das instituições familiares um sistema de autoridade ligado à posição de chefe de família, mas a sua natureza específica em Fonte Arcada (ou no concelho de Penafiel) poderá apresentar profundas diferenças com os mesmos aspectos vigentes em colectividades rurais do Algarve interior, do Alentejo, da Beira Baixa, da Estremadura, do Ribatejo, do Douro, do Minho e de Trás-os-Montes. As inclinações amorosas ligadas (ou desligadas) às escolhas conjugais (p. 118) constituem matéria ultracomplexa mesmo para os antropólogos, como bem assinalou Pierre Bourdieu no seu monumental artigo sobre o celibato e as alianças matrimoniais numa aldeia do Sudoeste da França¹⁰ (citado pelo autor em vários momentos). É correcto insistir no papel da inculcação de valores e da aprendizagem de tarefas agrícolas no interior da família camponesa (p. 119), sendo também correcto e pertinente lembrar que a família pode constituir uma arena de tensões e conflitos intergeracionais (p. 120). Mas, de repente, salta-se para um nível de conclusões menos cuidadas no que é descrito como a «crescente pulverização das famílias camponesas alargadas em famílias nucleares» (p. 121) e como a «dissolução do sistema de papéis que tradicionalmente lhe assegurava a sobrevivência e o funcionamento» (pp. 121-122). Ora, após milhares de páginas polémicas trocadas entre historiadores, sociólogos, demógrafos e antropólogos em torno das propostas controversas de Peter Laslett sobre a hipotética universalidade da família nuclear no tempo e no espaço, como se pode justificar esta menção linear do problema (família alargada → família nuclear) sem qualquer prova histórica de que este processo ocorreu ao nível concelhio ou paroquial? Sendo escassas as referências neste capítulo às estruturas familiares concretas da zona de Penafiel, parece virtualmente impossível (e ilícito) projectar retrospectivamente características e processos a um passado desconhecido, ou a um período difuso, o «antes».

O que emerge de produtivo nestas linhas são palpites que antecipam a análise muito mais dinâmica da ligação entre a ideia de família e a de *famílias de classe*, elaborada mais tarde noutro capítulo. Por exemplo, seguindo Marcel Jollivet, verificar que poderá até haver «relações de dominação e de exploração do chefe de família sobre os outros membros da família» (p. 121) e que se assiste no Vale do Sousa a transformações no sistema de poder simbólico interno da família, em favor do migrante (p. 125), leva-nos para bem longe da esfera restrita da família. Conduz-nos para outros campos, nomeadamente os da dominação e do *habitus*. Bernard Vernier, na esteira de Bourdieu, verificou fenómenos semelhantes — interligando família e poder — nos

¹⁰ «Célibat et condition paysanne», in *Études Rurales*, n.ºs 5-6, 1962, pp. 32-135. De referir também, sobre a mesma aldeia do Sudoeste da França, os artigos posteriores: «Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction», in *Annales ESC*, n.ºs 4-5, 27.º ano, 1972, pp. 1105-1127, e a versão reformulada deste mesmo artigo, «La terre et les stratégies matrimoniales», in Pierre Bourdieu, *Le Sens Pratique*, Paris, Minuit, 1980, pp. 249-270. Para um texto mais ligado às teorias do «sentido» consulte-se Pierre Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas* (introdução, organização e selecção de Sérgio Miceli), São Paulo, Editora Perspectiva, 1987, 2.ª ed.

seus estudos de parentesco na ilha grega de Karpathos¹¹. O papel activo e estratégico dos participantes nos jogos labirínticos dos matrimónios interesseiros é referido por Madureira Pinto noutro lugar (no capítulo seguinte, sobre a vizinhança), que não o da família propriamente dito (p. 134). Não deixamos entretanto de ter em conta, em todos os nossos comentários, que se trata unicamente da antropologia e da sociologia da família *rural*, não do campo disciplinar mais amplo da sociologia (geral) da família.

Falar em endogamia espacial (do lugar ou da freguesia) ou hierárquica (de classe ou do grupo social) também nos parece algo perigoso sem existir um *corpus* de dados empíricos em termos quer de documentação histórico-ecclesiástica, quer de recolha integral e abalizada dos actuais circuitos de alianças. O perigo aqui é o de se inventar um suposto passado rural mais endogâmico ou fechado, em contraposição com um presente mais exogâmico e aberto. A acontecer assim, teríamos outra dicotomia bem duvidosa, que pode simplificar e descurar a realidade prática. A questão é outra vez disciplinar. Apesar da profusa literatura sobre a família camponesa, com uma longa tradição em sociologia rural, na qual se incluem as obras de Mendras, Dobrowolski, Shanin, Galeski e Jollivet, as problemáticas referidas requerem um esforço combinado das investigações de antropólogos, historiadores, geógrafos e demógrafos, que, por seu turno, perspectivam a família e o parentesco de forma diferente, mas complementar.

Esclareça-se, no entanto: as nossas dúvidas não se levantam, por exemplo, no que se refere à exaustiva contagem das idades dos cônjuges em Fonte Arcada dos anos de 1901 a 1930 e de 1960 a 1978 (quadros n.ºs III.9 e III.10, nas pp. 454a e 454b). Antes surgem no que diz respeito à sua conexão com outros assuntos relacionados. Que ligações há entre as dimensões e as formas de património possuídas nas diversas fracções de classe da hierarquia local e as idades do primeiro casamento? Vigorariam os mesmos mecanismos entre os notáveis, os camponeses proprietários, os rendeiros, os operários-camponeses, os camponeses parciais e os indigentes? Será lícito presumir uma evolução linear de casamentos mais tardios, «antigamente», a bodas cada vez mais precoces, «agora»? Os comentários sobre casamentos desequilibrados no que se refere às idades dos cônjuges (p. 357), ou sobre as supostas «ligações aberrantes [...] que necessariamente caracterizam as colectividades fechadas» (p. 358), parecem-nos precipitados. A tolerância das populações camponesas para tais aberrações relativamente aos padrões ideais de comportamento amoroso-sexual-conjugal é extremamente alta¹² e o icebergue ainda mal conhecido das estruturas familiares do Portugal rural nas

¹¹ Bernard Vernier, «Putting Kin and Kinship to Good Use: The Circulation of Goods, Labour and Names on Karpathos (Greece)», in Hans Medick e David Warren Sabean (orgs.), *Interest and Emotion: Essays on the Study of Family and Kinship*, Cambridge, Cambridge University Press, 1984, pp. 28-76.

¹² Cf. particularmente Jack Goody, *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (tradução castelhana: *La Evolución de la Familia y del Matrimonio en Europa*, Barcelona, Editorial Herder, 1986) e Brian Juan O'Neill, *Social Inequality in a Portuguese Hamlet: Land, Late Marriage, and Bastardy 1870-1978*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, em que se demonstra profusamente, sob a forma de monografia antropológica, a existência de vários comportamentos aparentemente aberrantes no seio do campesinato do Alto Trás-os-Montes, nomeadamente no caso das práticas localmente expandidas da ilegitimidade, do concubinato, do celibato e da residência «natolocal» ou «duolocal» dos cônjuges após o casamento.

épocas medieval e pré-moderna irá certamente demonstrar-nos, em anos futuros, um caleidoscópio de costumes aparentemente desviantes. O perigo, uma vez mais, reside na imputação ao campesinato de normas *a priori* diferentes, em períodos históricos anteriores ao curto e fugidio espaço de tempo do «presente».

Uma explicação possível para algumas destas afirmações poder-se-á encontrar num comentário contido numa nota de rodapé da terceira página deste capítulo: «Tal como Maria Filomena Mónica adverte, não existem trabalhos de investigação especificamente centrados sobre *a família portuguesa* [...]» (p. 177; itálicos de J. Madureira Pinto). Confessamos a nossa perplexidade perante estas palavras. Em primeiro lugar, numa tese de doutoramento completada em 1981, remeter as aparentemente parcas referências à família portuguesa para um texto de 1978 da referida autora parece limitativo e precário: que definição de família estará em questão? A própria palavra escapa a uma especificação rigorosa na multiplicidade dos seus sentidos, conotações e aplicações, desde as perspectivas sociológicas (*macro* ou *micro*?) às demográficas, às etnológicas, às históricas, às pedagógicas e às políticas. Perante uma matéria tão complexa, até mesmo explosiva nas suas implicações sociais e eclesiásticas, julgamos uma tal conclusão negativa algo prematura.

Em segundo lugar, a própria afirmação negativa parece-nos errónea, pelo menos em parte. Mesmo à data da finalização da tese, não eram tão escassas como isso, nos domínios da antropologia e da demografia, as primeiras tentativas de enquadrar a família portuguesa (se é que tal entidade realmente existe no singular). A título de exemplo — e além das observações iniciais de Léon Poincard, Paul Descamps, Jorge Dias e José Cutileiro em torno do tópico, mesmo que estes se tenham concentrado prioritariamente em formas de família regionais, e não nacionais —, existia já em 1955 um estudo de grande novidade da autoria de Emílio Willems intitulado «A família portuguesa contemporânea». Condensado numa versão em língua inglesa em 1962¹³, este artigo (de extensão razoável) focou diversos aspectos, como o namoro, a idade do casamento, as relações extramaritais, a endogamia e o matrilocalismo [*sic*], as famílias das classes inferiores [*sic*], as famílias das classes médias e superiores, a sexualidade, a família extensa e o parentesco cerimonial. O facto de ter sido indevidamente esquecido pela comunidade de cientistas sociais interessada na família não deve conduzir à desvalorização deste artigo pioneiro na altura da sua publicação. Não era, por certo, um estudo ultra-sofisticado, exaustivo ou «pós-moderno» na sua concepção, mas focou *a família portuguesa* numa perspectiva minimamente comparativa e abrangente.

Mas a lista é mais extensa. Sem ignorar toda uma literatura jurídica no domínio da história do direito, apontamos também um artigo de 1968 de Colette Callier-Boisvert intitulado «Remarques sur le Système de parenté et sur la famille au Portugal»¹⁴ e, noutra linha, mas não menos pertinentemente,

¹³ Emílio Willems, «A família portuguesa contemporânea», São Paulo, Publicações Avulsas da Revista *Sociologia*, n.º 1, pp. 1-59; e, na versão inglesa condensada, «On Portuguese Family Structure», in *International Journal of Comparative Sociology*, vol. III, n.º 1, pp. 65-79.

¹⁴ Colette Callier-Boisvert, «Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal», in *L'Homme*, vol. VIII, n.º 2, pp. 87-103.

o livro (já perfeitamente moderno) de Massimo Livi Bacci, publicado em 1971, *A Century of Portuguese Fertility*¹⁵, que oferece uma excelente visão de conjunto dos padrões gerais e de alguns aspectos estatísticos e demográficos da família portuguesa, fundamentalmente nos séculos XIX e XX. Finalmente — já agora —, também existia uma abordagem histórica inicial de José Mattoso: as «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa»¹⁶.

Com tudo isto queremos apenas salientar que a paisagem bibliográfica sobre a família portuguesa nos finais dos anos 70 não era propriamente um deserto. Os títulos referidos não são muitos, mas servem suficientemente para delinear a problemática. Serão algo fragmentários, dispersos, mais curtos ou mais longos, e às vezes hesitantes, precipitados ou simplesmente corajosos perante um tema tão vasto e interdisciplinar por excelência. Mas existir existiam, e no seu conjunto constituíam uma achega basilar às complexidades nebulosas do fantasma da *família portuguesa*. Os antropólogos não se dedicaram exclusivamente, durante três quartos deste século, ao estudo de «coisinhas» nas ilhas da Polinésia. Com graves reticências no seio da própria disciplina, também se esforçaram por estudar não só a família do Outro exótico, como igualmente a do Nós, europeus. Assistimos, aliás, neste momento, a uma reanálise e ao ressuscitar de muitas destas obras, numa altura em que se procura traçar as linhas dos antepassados nos estudos da família em Portugal.

Voltemos ao título desta recensão, concluindo que a secção do livro de Madureira Pinto dedicada à família poderia ter sido enriquecida e melhor completada se se tivesse esforçado por incorporar alguns dos tópicos distribuídos pelos textos referenciados. Não sendo propriamente da sociologia rural, os títulos invocados abordam o tema por outras vias disciplinares. Frisamos, no entanto, que as nossas reservas não dizem respeito aos dados empíricos apresentados sobre as famílias locais de Fonte Arcada (que, curiosamente, estão espalhados por outros capítulos, que não este), mas antes ao que se relaciona com o enquadramento teórico e bibliográfico nestas páginas (pp. 115-125). Queremos também realçar de novo o facto de estarmos a discutir a sociologia (rural) da família camponesa, e não o tema mais vasto da sociologia (geral) da família. Mas o próprio autor está bem consciente destes problemas: introduz o tópico da família camponesa (p. 117), alertando-nos para o facto de que «todas as generalizações são arriscadas, tão grande se revela a diversidade de formas por que, regional e historicamente, ela se apresenta», e nas conclusões do livro admite que a aproximação sociológica à entidade *família/grupo doméstico* é «deliberada, mas também, sem dúvida, insuficientemente teorizada no nosso estudo» (p. 468).

4. O *HABITUS* E O DOMÍNIO DO SIMBÓLICO-IDEOLÓGICO

Um dos capítulos da parte III do livro leva-nos ao último ponto temático que nos diz respeito: trata-se das páginas dedicadas às «Práticas

¹⁵ Massimo Livi Bacci, *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press, 1971.

¹⁶ José Mattoso, «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, 2.^a série, n.º 24, 1977, pp. 121-158.

simbólico-ideológicas em Fonte Arcada: algumas tendências» (pp. 359-400), onde fica discriminada com a maior lucidez a aplicação empírica da teoria do domínio do simbólico-ideológico. Mas, imediatamente antes, no capítulo intitulado «Classes e famílias de classe em Fonte Arcada» (pp. 345-358), depara-se-nos uma espécie de preâmbulo à matéria-chave que se irá seguir. Referimo-nos concretamente aos conceitos de classe, fracções de classe e ao que lhes aparece associado, o de famílias de classe.

Delineiam-se quatro grandes categorias em termos de situação de classe: a burguesia agrária, o proletariado agrícola, o campesinato propriamente dito e o campesinato parcial (quadro n.º 8, pp. 348-349). Podem acrescentar-se a estas quatro as categorias de situações e actividades sem ligação directa à agricultura — a burguesia não agrária (comercial e industrial), a pequena burguesia (tradicional e nova) e o proletariado industrial. Cada uma destas sete grandes categorias possui subdivisões que julgamos correcto, de acordo com a nossa leitura, designar como fracções de classe. Dentro deste esquema, então, o semiproletariado ocupará um lugar estrutural marcado pela «dupla pertença de classe» (p. 347), o que é lindamente exemplificado através da figura do operário migrante que combina a sua existência nómada com um duplo namoro: tem uma namorada dentro e outra fora de Fonte Arcada (p. 377). Sendo a categoria do campesinato parcial a maioritária, conclui-se que, «para trabalhadores agrícolas em vias de proletarização, a condição camponesa originária se prolonga, no plano ideológico, através de uma preferência por tipos de trabalho não inteiramente subordinados aos padrões tecnológicos da indústria transformadora» (p. 352). Haverá, por conseguinte, resistências conscientes ao processo global de absorção do campesinato, expressas de diversas formas por diferentes fracções de classe.

Mas, paralelamente a tal esquematização, oferece-se uma outra que não coincide com esta: a das cinco principais famílias de classe na freguesia: famílias burguesas (5%), famílias proletárias (11,6%), famílias camponesas (16,9%), famílias de campesinato parcial (51,9%) e famílias pequeno-burguesas (4,7%) (quadro n.º 9, p. 354). Uma categoria residual e uma outra em que se incluem os casos «sem informação» perfazem, respectivamente, os restantes 8,8% e 1,3%. Ora, precisamente por complementar o esquema de classes sociais economicamente definidas com este reagrupamento de famílias de classe (levando em conta dimensões internas ao grupo doméstico e elementos ligados aos diversos modos de vida e mecanismos de socialização), este enquadramento enriquece substancialmente os sistemas classificatórios inveterados dos grupos sociais rurais. Não se trata aqui apenas de verificar que os pequenos agrupamentos rurais exibem formas de estratificação social, verificação essa vigorosamente negada por grande parte da tradição culturalista e neofuncionalista constituída a partir dos escritos de Redfield e mergulhada em teorias homogeneizadoras sobre misteriosas visões (únicas) do mundo imputadas a um campesinato supostamente uniforme. A questão é muito mais subtil, complexa e enredada. Aqui, a família (já não uma entidade abstracta), ligada a cada uma destas categorias sociais em Fonte Arcada, toma uma forma dinâmica e carregada de força. Aqui, sim, parece altamente relevante que, de 1901 a 1930 e de 1960 a 1978, uma análise das idades dos cônjuges no momento do casamento indique uma «perda de importância de certas estratégias de preservação/acumulação patrimonial, decorrente do processo de semiproletarização das famílias camponesas» (p. 358). A diversifi-

cação de oportunidades profissionais trouxe consigo uma *transformação global de situações de classe*, que, por seu turno, afectou dimensões da família e do parentesco através de delicadas mudanças nas práticas matrimoniais e nas patrimoniais. Falar em «família» deste modo faz todo o sentido — tanto em termos empíricos como teóricos —, porque esta é inserida nas situações específicas e diversificadas de classes sociais concretas.

Já ao longo do tratamento dos outros quatro níveis ou campos ideológicos, a ideia de *habitus* é timidamente introduzida. Quanto à vizinhança e formas de entreaajuda na zona de Penafiel, afirma-se que o tópico não se reduz simplesmente ao estudo das «normas, valores ou regras institucionalizadas num sistema de papéis sociais» (p. 131), ou à análise da religiosidade e do conceito aliciante das formas de produção e distribuição inerentes a um «mercado de bens de salvação», mas são-nos proporcionadas referências a um *habitus* de obediência camponês derivado de disposições religiosas inculcadas na primeira infância (p. 153). No capítulo sobre a escola apercebemo-nos de como os bloqueamentos objectivos e subjectivos ligados a certas situações de classe (p. 172) conseguiram, durante o período salazarista, «desvalorizar, até à excomunhão, saberes, técnicas e valores da cultura camponesa», ao ponto de as próprias vítimas interiorizarem esta impotência de classe («isto não foi feito para gente como nós») (p. 174). Por fim, na análise dos comportamentos político-eleitorais, vemos como um certo modo de produção de opiniões políticas está relacionado, quer com uma inclinação, em algumas fracções do campesinato local, para a apatia política, quer com um «conjunto de disposições que tendem a fazer viver *uma* condição de classe politicamente remível como a condição individual inelutavelmente imposta pela Providência» (pp. 194-195). Toda uma gama de mecanismos, práticas e processos de inculcação de atitudes, valores e posições ideológicas é transmitida por vias informais, à margem das vias formais codificadas nestas cinco instituições: família/vizinhança/igreja/escola/política.

Mas estes processos de inculcação do sentido não coincidem necessariamente com o processo global de penetração do modo de produção capitalista nos campos: mostram ritmos diferentes, incursões desniveladas, articulações inesperadas e até resistências e respostas surpreendentes da parte dos próprios camponeses. Estamos perante uma outra autonomia relativa — desta vez, a do campo do «simbólico-ideológico» em relação aos níveis socioeconómico e administrativo. Todas as reservas do autor a respeito dos erros de sobreposição de unidades de análise administrativas sobre unidades teóricas que se referem a relações sociais são ainda aqui mais pertinentes: as classes sociais podem não coincidir com situações de classe ou com famílias de classe e podem ter interligações no domínio ideológico que não são contempladas pelos modelos clássicos de estratificação social.

Qual é, então, a utilidade especial do conceito de *habitus*? Quer como um sistema de disposições duráveis inculcadas lentamente ou um conjunto de orientações subjectivas, quer como esquema de preferências e de gosto ou matriz de percepções, apreciações e acções, o *habitus* é um instrumento analítico complexo e multifacetado que permite estabelecer um elo coerente e convincente entre as condições «objectivas» de existência de um grupo ou classe social, por um lado, e uma série de aspectos, por outro, que caem no domínio das representações simbólicas e ideológicas dessas mesmas condições. Daí a possibilidade de se falar em *habitus* de classe e, ao mesmo tempo,

indicar vários *habitus* no interior de fracções diversas da mesma classe social. O conceito deriva de múltiplas obras de Pierre Bourdieu e não é de fácil definição. Limitamo-nos, assim, a uma meia chamada de atenção para o modo como é aplicado por José Madureira Pinto e para o carácter inovador de que essa aplicação, em nosso entender, se reveste.

Por exemplo, no capítulo dedicado às «Práticas simbólico-ideológicas em Fonte Arcada: algumas tendências» (pp. 359-400) assistimos à completa interligação de grandes temas e submelodias orquestrados ao longo dos capítulos antecedentes. Confrontamos tensões actuais entre senhores e caseiros e a «guetização» prática e simbólica das famílias de caseiros tradicionais (pp. 361-362); ouvimos referências às formas de servidão antigas e às relações de dependência derivadas do arrendamento de terra entre proprietários e rendeiros; sentimos algumas das mudanças subtis efectuadas nas quantias de rendas pagas («meias» ou «terças»); notamos a criação recente de subespaços de vizinhança dentro de alguns dos lugares da freguesia (p. 368). O destaque vai (ao olhar *micro* do leitor antropólogo?) para os quadros n.^{os} 11, 14 e 15 deste capítulo, onde são discriminadas, respectivamente, as famílias de classe dos 30 lugares, os resultados de votos nas eleições de 1975, 1976 e 1979 e a composição global das famílias camponesas e das do campesinato parcial. É de toda a pertinência assinalar que existe «um muro imaginário que divide e opõe, algo maniqueisticamente, duas zonas da freguesia» (p. 370). Os lugares de Quintela e Anho Bom (o primeiro designado jocosamente «Berlim») contêm uma alta percentagem das famílias de proletariado industrial e agrícola da freguesia e, na perspectiva das famílias de campesinato puro que vivem sobretudo no outro lado do referido muro ilusório (lugar de Vales), o primeiro lugar possui o «café da canalhada». Não constitui surpresa a verificação de que os membros destas fracções de classe (os assalariados-migrantes do campesinato parcial) tendem a votar cada vez mais à esquerda (pp. 209 e 212).

Também é de interesse primordial saber algo sobre os interiores das casas e das preferências em matéria de gosto dos habitantes dos vários lugares da freguesia — sejam estes ou não inclinados a barroquismos flagrantes e a investimentos apressados em airoas vivendas reminiscentes de gostos urbanos. Destaquem-se as alusões aos padrões de vestuário e da gestualidade (pp. 373-376).

Reveste-se de uma particular novidade toda a apreciação desenvolvida no penúltimo capítulo «Festas e modos de festejar» (pp. 401-427), em que a celebração preferida da freguesia em honra de S. Domingos é afluída com uma abundante descrição etnográfica e penetrante interpretação teórica. Dissecando os diversos fios sociais e simbólicos entrelaçados nos passos rituais da festa do mastro, as ideias fixas em matéria de festividades (integração social/unidade e coesão do grupo) são, por uma vez, saudavelmente postas de lado em favor de uma óptica que reforça consistentemente o tema ubíquo das fracções de classe: concentra-se na «*apropriação socialmente diferenciada* dos vários momentos e grandes fases dos festejos» (p. 403) pelos vários grupos sociais e ocupacionais da freguesia. A festa nem sempre «une» — pode também dividir.

O leitor regressa ao início do livro, ao reflectir sobre os labirintos da produção, circulação e recepção do sentido. Interroga-se sobre o processo complexo e multinivelado dos «sentidos» simbólicos e ideológicos apreendidos

por diversas famílias e indivíduos, paralelos ao processo global em curso em seu redor — a proletarianização do mundo rural. O *habitus*, ou, melhor dito, os vários *habitus* detectáveis na freguesia constituem o nexo mediador entre as classes sociais concebidas em sentido *macro* e as percepções e atitudes subjectivas e individuais dos vários tipos de camponeses e operários-camponeses aí residentes, agentes *microlocais*. Até nas posições do próprio corpo se encontram sinais do funcionamento do *habitus*: os camponeses tradicionais evidenciam uma marcada «introversão e contracção gestuais [...] em locais públicos» (p. 375).

Sem entrarmos nos problemas de definição do *simbólico* ou do *ideológico* (existirão tantas definições do primeiro na antropologia quantas as do segundo na sociologia?), julgamos que basta salientar o contributo extraordinário do autor neste domínio do *habitus* do campesinato parcial. Desenvolvido refinadamente para o caso concreto desta freguesia do Noroeste, o conceito constitui para nós o cerne da qualidade pioneira do livro. Distancia-se claramente da unidade tão frequentemente reificada nas monografias antropológicas — a casa ou a família — por colocar a *fracção de classe* no centro do palco como unidade preferencial de análise. Por isso mesmo, todos os comentários sobre as diversas famílias de classe se revestem de uma muito maior vivacidade do que as afirmações vagas em torno da família como instituição abstracta. Através do *habitus* — conceito simultaneamente atractivo mas algo impreciso e até misterioso — abre-se-nos toda a nova dimensão das percepções interiorizadas das pessoas, que são vistas como agentes sociais conscientes e activos, em vez de simples fantoches manipulados por uma ordem social onipotente e previsível.

Evitando a utilização prematura e imponderada de teorias aparentemente adaptáveis ao caso português, como as propostas de A. V. Chayanov¹⁷, José Madureira Pinto prova firmemente como é possível conjugar a grande teoria social com os dados empíricos recolhidos ao nível da aldeia e da freguesia. Vemos com precisão como as trajectórias das famílias de classe camponesas *não* circulam através duma hipotética roda da fortuna, que, por razões puramente acidentais da demografia rural, conduz à ascensão de algumas famílias e à descida de outras dentro da hierarquia local. Madureira Pinto põe em evidência, ao longo do seu estudo, toda uma pletera de mecanismos (alguns regionais, outros nacionais e ainda outros internacionais) que convergem pesadamente do *exterior* sobre as famílias locais, no sentido de impedir forçosamente a sua ascensão social e económica. Tais mecanismos não parecem ser enquadráveis de maneira alguma no modelo hermético e fechado de Chayanov. A grande ilusão chayanoviana — uma tradução sofisticada de um certo liberalismo aleatório aplicado à economia camponesa — acaba por tomar uma forma extremamente parecida com as reificações analíticas da unidade física da casa rural (cf. os excessos do historiador Le Roy Ladurie em definir a *domus* da aldeia medieval de Montaillou como «a célula

¹⁷ Alexandre Vasil'evich Chayanov, *A. V. Chayanov On the Theory of Peasant Economy* (organizado por Daniel Thorner, Basile Kerblay e R. E. F. Smith, com prefácio de Teodor Shanin), Madison, University of Wisconsin Press, 1986, 2.ª edição americana (1.ª edição 1925). Chama-se especialmente a atenção para o prefácio actualizado e esclarecedor de Teodor Shanin à referida 2.ª edição da obra clássica de Chayanov, intitulado «Chayanov's Message: Illuminations, Miscomprehensions, and the Contemporary 'Development Theory'», pp. 1-24.

básica desta sociedade pirenaica»¹⁸. Os dados de Madureira Pinto permitem-nos alertar para os perigos da aplicação descuidada das teorias de Chayanov. Não há uma única família camponesa, mas várias. Também não há nos campos portugueses terra arável em abundância comparável à da Rússia na altura em que Chayanov escreveu (cf. as obras recentes de Jack Goody, que frisam a escassez de terra por toda a Europa ocidental ao longo de toda a sua história)¹⁹. E, finalmente, as articulações externas das fracções de classe em Fonte Arcada são tão variadas e complexas que não nos parece legítimo falar em qualquer tipo de «casa camponesa auto-suficiente». O próprio Henri Mendras mostrou, há já muito tempo, as suas reservas em relação ao autor: «Sur ce point les analyses de Tchayanof que réduisent toute la gestion paysanne à un arbitrage entre les besoins de la subsistance et la répulsion devant la pénibilité du travail me paraissent insuffisantes, pour l'Europe Occidentale tout au moins».²⁰ Vejam-se também as hesitações de T. Bergmann: «L'exploitation paysanne familiale de l'Allemagne fédérale d'aujourd'hui est totalement différente de l'exploitation soviétique du temps de Cajanov».²¹ Porquê tantas dúvidas em torno das propostas de Chayanov?

Em contraponto com a família, uma fracção de classe pode ser composta (teoricamente) tanto por 2 famílias concretas como por 25 ou 30, e disso deriva parte da sua força explicativa. É um nível social maleável, mutável e sujeito a constantes reajustamentos, estratégias e alinhamentos faccionais. É verdadeiramente fascinante toda a discussão das fracções de classe em posições tradicionalmente dominantes (os notáveis), em ascensão (a nova pequena burguesia) e em declínio ou retracção social (o campesinato puro) desenvolvida nas pp. 165-166 e 390-400. Por essas razões, parece-nos altamente prudente da parte do autor a sua referência a Chayanov (pp. 75-76), mas sem o incorporar no seio da sua formulação teórica. O âmago da questão — e desta decisão implícita relativamente à obra de Chayanov — reside no facto de Madureira Pinto adoptar como campo de análise preferido *o processo profundamente difuso e caleidoscópico* da produção e recepção do sentido. Aquilo que se constitui como objecto prioritário não é uma entidade estática nem uma unidade reificada, antes um processo dinâmico e lento que conjuga estruturas objectivas com atitudes subjectivantes através da utilização do aparelho analítico do *habitus*, perspectivado em estreita ligação com as fracções de classes sociais da localidade.

Só um ponto aparece como problemático nesta linha de análise: há um grau considerável de confusão quando se fala da «comunidade rural tradi-

¹⁸ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou, Village Occitan de 1294 à 1324*, Paris, Gallimard, 1975 (tradução portuguesa: *Montaillou: Cátaros e Católicos Numa Aldeia Francesa, 1294-1324*, Lisboa, Edições 70, 1984) e a recensão crítica dessa versão portuguesa elaborada por J. Álvaro Ferreira da Silva em *Ler História*, n.º 5, 1985, pp. 139-143.

¹⁹ Particularmente, Jack Goody, *Production and Reproduction: A Comparative Study of the Domestic Domain*, Cambridge, Cambridge University Press, 1976.

²⁰ Henri Mendras, «Un schéma d'analyse de la paysannerie française», in Marcel Jollivet (org.), *Les Collectivités Rurales Françaises*, t. II: *Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village? Problèmes Méthodologiques et Théoriques de l'Étude Locale en Sociologie Rurale*, Paris, Armand Colin, 1974, p. 24.

²¹ T. Bergmann, «Hésitations sur l'exploitation familiale», in Placide Rambaud (org.), *Sociologie Rurale: Recueil de Textes*, Paris-Haia, Mouton, 1976, p. 108. De interesse também são alguns dos comentários sobre Chayanov na nova versão de um texto clássico sobre as sociedades camponesas: Teodor Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies: Selected Readings*, Oxford, Basil Blackwell, 1987, 2.ª ed.

cional». Há inúmeras referências aos supostos equilíbrios sociais anteriores das colectividades rurais e a um presumido processo de desagregação da economia camponesa (p. 102). Num momento, o autor fala do «processo de desestruturação interna que não poupa nenhum dos elementos a que habitualmente são imputadas funções de integração e coesão locais» (p. 114); noutra — contraditoriamente — afirma que as colectividades rurais «nunca foram nem são sistemas sociais harmoniosos» (p. 130). Ora o que foi precisamente esta coesão local anterior? Quais eram os factores de integração da colectividade antes da sua suposta desagregação? Tomando todo o texto em consideração, com as suas escassas linhas dedicadas a dados históricos concretos sobre a freguesia e o concelho, apenas poderemos acrescentar mais e maiores interrogações. Tal como no caso do suposto desaparecimento da família alargada, julgamo-nos perante um efeito deturpador decorrente do prisma teórico em operação. O equilíbrio e a coesão tradicionais a que se refere o autor (citando Weber e Mendras, p. 127) não são mais do que reflexos telescópicos projectados retrospectivamente. Que segurança concreta temos de que algumas das relações sociais entre as fracções de classes locais — por exemplo, nos séculos XVI ou XVII — não eram, também elas, conflituosas, vacilantes e cheias de reajustamentos? Poderemos concluir que não teria havido também, nesses séculos, formas de inculcação do sentido, de transmissão de *habitus* variados e de perpetração de violências simbólicas ou ideológicas no interior das famílias de camponeses e rendeiros pré-industriais? Terá tudo aparecido só com o modo de produção capitalista? Num presente dominado por transformações e alterações bruscas em múltiplos níveis do tecido social erege-se (quase inconscientemente) um passado mais calmo, lento e tranquilo. É que o próprio Madureira Pinto nos dá uma miríade de testemunhos que provam que Fonte Arcada *não* tem constituído (pelo menos em décadas recentes) um dos tais hipotéticos «microcosmos funcionalmente equilibrados e autónomos» (p. 395). Porquê, então, continuar ainda a utilizar uma linguagem vagamente remanescente de Redfield ao falar em «sociedades tradicionais e, portanto, tendencialmente fechadas» (p. 359)?

Apesar das informações fornecidas sobre a concentração da propriedade fundiária na freguesia, cuja origem se situaria nos séculos XIII e XIV, e das seis casas senhoriais locais com ligações aos Braganças dos séculos XVII e XVIII (pp. 333-334), o passado da área tratada permanece relativamente pouco delineado no fim do estudo. Se bem que o autor repita frequentemente referências acerca da importância numa perspectiva diacrónica, o efeito final da pesquisa é uma análise esmagadoramente sincrónica. Também não encontramos respostas que nos aliviem nas obras de Pierre Bourdieu — elas próprias focadas proeminentemente no presente sincrónico, deixando o passado proporcionalmente incógnito. Se o *habitus* permanece algo difícil de definir no presente, quão mais problemática não será a sua localização em épocas mais antigas? Tendemos mesmo a pensar que o próprio conceito de *habitus* dá pouco espaço à inclusão de perspectivas genuinamente diacrónicas e históricas²². A história local joga no texto um papel menor, mas o leitor é

²² Veja-se a análise estimulante e corajosamente crítica de José Manuel Sobral em torno de toda a problemática do estudo (e da fabricação) das chamadas *mentalidades* de épocas passadas: «Mentalidade, acção, racionalidade — uma leitura crítica da *história das mentalidades*», in *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 95, 1987, pp. 37-57. Não no sentido de propor uma falsa equi-

lembrado múltiplas vezes acerca do significado do andamento da História [sic] em termos abstractos e globais. Aceitamos a conclusão do autor no sentido de «Fonte Arcada já não se poder caracterizar como uma colectividade rural autárquica e tradicional» (p. 335), mas duvidamos de que qualquer outra freguesia da área circundante alguma vez o tenha sido, mesmo em séculos recuados. Mas, como as propostas do livro nunca incluíram uma componente especificamente histórica, será talvez despropositado frisar uma dimensão que cai fora dos seus moldes.

Contudo, registamos a nossa curiosidade, esclarecendo mais uma vez que se trata de uma questão disciplinar que toca nos lugares de confluência entre a sociologia rural e a antropologia. Poderíamos acrescentar neste caso que outras disciplinas e subdisciplinas também confluem aqui: além da história, cabe lembrar a sociologia e a geografia históricas. Tal como no caso de Redfield, não se trata de um tema basilar do estudo de Madureira Pinto, mas apenas de um ponto secundário que irrompe esporadicamente. Com um passo numa outra direcção teria sido possível eliminar por completo a moderna ficção etnocêntrica da «comunidade equilibrada tradicional». Neste caso teria sido frutífera a incorporação de algumas das novas propostas sugeridas nos estudos históricos e antropológicos sobre as comunidades rurais europeias em épocas anteriores²³. Não por vir modificar as asserções do modelo em questão, mas apenas para dissolver ainda mais o pequeno grau de dúvida e vacilação do texto, em torno da ideia (errada, na nossa opinião) da homogeneidade tendencial da comunidade rural pré-moderna.

Apesar dos pontos de dúvida levantados pela nossa leitura antropológica do livro de José Madureira Pinto, tentámos focar algumas das suas virtudes dominantes. Tanto no mundo complexo do *habitus*, como nas questões, mais amplas e mais antigas, da Grande Teoria Social evidentes no binómio *macro/micro*, forjam-se realmente novos caminhos de investigação. Redundantemente, o autor evitou o erro de «ao olhar o dedo esquecer o gigante». Se a autonomia relativa do espaço social rural fica bem definida, também se trata exaustivamente da autonomia relativa do campo simbólico-ideológico. Este último paira simultaneamente ligado e desligado das chamadas condições objectivas de existência de uma dada unidade, seja ela a freguesia, o lugar, a classe social, as fracções de classe, a família, as redes de vizinhança ou o indivíduo. Debateu ao longo do texto esta problemática sinuosa e acabou por levantar numerosas pistas, que podem ser aproveitadas dentro e fora da sociologia rural e da sociologia geral. Por isso, constitui um estudo modelar que nos obriga a *repensar* cuidadosamente os nossos modelos sobre a natureza da comunidade rural no caso português. Insistimos em que nos posicionamos numa determinada corrente da antropologia social moderna: alguns aspectos do livro que nos parecem discutíveis ou estra-

valência entre *habitus* e *mentalités*, mas antes apenas no de alertarmos para os perigos de fabricar ou imputar valores e atitudes às pessoas de séculos recuados.

²³ Cf. as referências bibliográficas apontadas no artigo de M. de Fátima Brandão e Rui Graça Feijó «Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas», in *Análise Social*, vol. xx, n.º 83, 1984, pp. 489-503, e também a análise sucinta e comparativa de Jerome Blum «The Internal Structure and Polity of the European Village Community from the Fifteenth to the Nineteenth Century», in *Journal of Modern History*, vol. 43, n.º 4, 1971, pp. 541-576.

nhos serão perfeitamente óbvios e aceitáveis a outros, e *vice-versa*. Serão questões de posições disciplinares divergentes, ou de hábitos (ou *habitus*?) de leitura diferentes?

Uma das figuras inspiradoras da obra — Pierre Bourdieu — permaneceu durante muitos anos relativamente desconhecido tanto pela antropologia britânica como pela americana, aparecendo sinais flagrantemente tardios da «descoberta» dos seus textos no seio da comunidade etnológica norte-americana apenas em 1987. Tal atraso mostra um grave fechamento disciplinar em relação à renovação das grandes questões da teoria social, partilhadas outrora pela sociologia e pela antropologia. Será que a antropologia moderna (fechada sobre si mesma?) tem medo de enfrentar as grandes questões dessa teoria social clássica das suas próprias origens, suscitadas desafiadora e incomodamente por um pensador da estatura de Bourdieu? José Madureira Pinto consegue ressuscitar estas grandes questões, assim estimulando os próprios antropólogos a reconsiderarem atentamente os seus enquadramentos empíricos e teóricos da monografia rural de feição clássica, predominantemente descritiva e positivista.

Certamente, o leitor antropólogo poderá, ao longo do texto excessivamente denso e enrolado, sentir em alguns momentos uma certa sede dos perenes estudos de caso etnográficos ou das «palavras vivas» dos próprios operários-camponeses. Mas estas exigências são à partida irrelevantes: não se trata de uma monografia no sentido estrito. A própria densidade da prosa — característica igualmente da prosa de Bourdieu, independentemente da língua em que se o lê — exige um esforço olímpico da parte do leitor arrojado e pode eventualmente ser um factor de afastamento para leitores hesitantes ou menos empenhados. Aqui e acolá detectamos um tom fortemente irónico e sardónico na voz do narrador, o que alivia consideravelmente a leitura. Existem ao longo do texto quadros e anexos estatísticos em abundância, uns acompanhando os capítulos e outros agrupados em conjuntos engrossados no final de cada uma das três partes. A bibliografia, embora exhaustiva, acaba por ser irritante pela forma dividida como aparece, em que cada uma das três partes do livro possui uma bibliografia própria, repetindo assim alguns títulos várias vezes. Esta estrutura não facilita ao leitor a rápida localização alfabética das referências. E será uma questão autoral, disciplinar ou editorial a não inclusão de materiais ilustrativos ou fotográficos, além da minúscula imagem na capa? Mas estas características são realmente menores e não diminuem as qualidades originais da obra.

Outro elemento, gravemente ausente na maior parte das monografias antropológicas e cujo aparecimento saudamos, é a dimensão literária casualmente introduzida pelo autor em vários momentos explicativos: referimo-nos principalmente às citações da obra publicada no início deste século por Guedes de Amorim, *Casa de Judas* (pp. 172, 350 e outras). Não é irrelevante para as grandes questões teóricas ouvir as palavras das personagens dessa obra lado a lado das afirmações contemporâneas de membros das várias fracções das classes camponesas recolhidas *in situ* por José Madureira Pinto. Numa parte do romance, o pai (rendeiro) dum rapaz desejoso de abandonar Fonte Arcada para um emprego na cidade do Porto pronuncia-se sobre o processo global de absorção da freguesia pelo mundo urbano-industrial com as seguintes reticentes e conservadoras palavras: «Há-de afocinhar na terra como eu tenho afocinhado [...] É para aprender» (p. 172). Esperamos

que, em anos futuros, no domínio dos estudos rurais, os ricos acervos da literatura portuguesa sejam melhor incorporados nas análises sociológicas e antropológicas.

Finalmente, José Madureira Pinto não prescinde de nos alertar para a necessidade de a sociologia rural (leia-se as outras ciências sociais?) reter um certo grau de cuidado e de auto-suficiência perante as exigências, incursões e seduções (explícitas ou não) do «poder instituído». Há sempre o perigo de se cair num «apego às simplificações operatórias, característico da variante tecnocrática da metodologia sociológica» (p. 17). Ao longo do livro, a seriedade do autor consegue sublinhar algumas deturpações dos resultados da pesquisa social, tanto pelos representantes desse poder instituído como pelo público anónimo, com o seu entendimento marcado pelo (e dependente do) senso comum. A antropologia norte-americana aprendeu algumas lições sobre estes mesmos perigos no Sudeste asiático, pelo menos no sentido de evitar panaceias exageradas no mundo subdisciplinar da *applied anthropology*. Numa altura em que em Portugal se assiste a verdadeiras histerias e estratégias sociopolíticas nos domínios da «cultura», e nos campos parcialmente estudados já há décadas pela sociologia rural e pela antropologia, é sumamente refrescante ouvir as palavras hesitantes e cautelosas de Madureira Pinto sobre a autonomia das ciências sociais e os riscos da sua domesticação.

Como cientistas sociais, não nos devemos sentir obrigados a partilhar a posição ridícula de vastas camadas sociais passivamente à espera do milénio europeu de 1992, ou do nirvana subsequente de 1993. Haverá aplicações imediatistas e utilitárias de certos ramos das ciências sociais à «sociedade portuguesa» (se é que essa entidade é facilmente definível). Mas há também ramos cuja natureza é mais humanista e cujas aplicações são — embora indirecta e mais lentamente — igualmente aculturadoras. Será que a colectividade dos sociólogos rurais e antropólogos será suficientemente perspicaz e corajosa para preservar o máximo possível dessa preciosa autonomia relativa?